



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Trabalho, Questão Social e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

### **O ATENDIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA ANÁLISE NAS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPAs) EM MOSSORÓ-RN.**

LUIZ OLIVEIRA JUNIOR <sup>1</sup>

#### **Resumo**

Este trabalho é um pequeno extrato de pesquisa, ainda, em andamento e que tem por objetivo analisar os atendimentos do Serviço Social às mulheres em situação de violência doméstica atendidas nas UPAs de Mossoró-RN. Almejamos que a pesquisa possa trazer grandes contribuições para o universo dos estudos na área da violência doméstica, bem como para as equipes de assistentes sociais destas unidades de saúde no que diz respeito ao processo de trabalho profissional. Para a reflexão ora apresentada, nos utilizamos da revisão documental e bibliográfica.

**Palavras-Chaves:** Violência Doméstica, Serviço Social e Atendimento às Mulheres.

#### **Abstract**

This work is a small extract of a research, still in progress, which aims to analyze the assistance provided by the Social Service to women in situations of domestic violence treated in the UPAs of Mossoró-RN. We hope that the research can bring great contributions to the universe of studies in the area of domestic violence, as well as to the teams of social workers of

---

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

these health units with regard to the professional work process. For the reflection presented here, we used the documental and bibliographic review.

**Keywords:** Domestic Violence, Social Work and Assistance to Women.

## 1.INTRODUÇÃO

O presente artigo diz respeito a um pequeno extrato de pesquisa, ainda, em andamento que versa acerca da análise do atendimento do Serviço Social às mulheres em situação de violência domésticas nas Unidades de Pronto Atendimento em Mossoró-RN. O referido estudo vem sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FASSO/UERN), tendo como objetivo principal analisar o trabalho dos(as) assistentes sociais no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica usuárias das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em Mossoró-RN e, como objetivos secundários, classificar os instrumentos utilizados pelos/as assistentes sociais no atendimento as mulheres em situação de violência doméstica; mapear os desafios e dificuldades enfrentados pelos/as assistentes sociais durante os atendimentos e identificar as dimensões teórico-metodológico, técnico operativo e ético político dos assistentes sociais no atendimento as mulheres em situação de violência doméstica.

A proposta de investigação tem um caráter qualitativo que, para Minayo (1994), possibilita entender de forma crítica as particularidades dos sujeitos envolvidos na pesquisa, buscando compreender a realidade para além dos fatos, do aparente, realizando uma pesquisa exploratória da realidade; a pesquisa qualitativa entende a realidade como mutável, passível de transformação e a intenção é realizar, posteriormente, uma pesquisa de campo com todas as profissionais do Serviço Social vinculados as três Unidades de Pronto Atendimento em Mossoró-RN.

O processo investigativo se constitui por pesquisas bibliográficas, documental e de campo. Como fundamentação teórica trabalhamos alguns autores de referência no assunto como Saffioti, Marques, Diniz, Minayo, Bravo, Vasconcelos, Costa e outros que dão suporte para o embasamento do estudo, com destaque para as categorias: **relações patriarcais de gênero, violência doméstica contra mulheres e trabalho profissional do Serviço Social**.

Na discussão das **relações patriarcais de gênero**, me fundamento em autores (as) como: Saffioti (1987 e 2004); Queiroz (2008); Diniz (2014); Cisne e Santos (2018), dentre outros (as). Na fundamentação teórica da **violência doméstica contra mulheres** recorro a Queiroz (2008); Saffioti (2004); Minayo (1994, 2006 e 2009), dentre outros (as). E, na análise sobre **trabalho profissional do Serviço Social** buscamos fundamentação em:

Bravo (2004); Vasconcelos (2007); Costa (2000); Parâmetros da Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde (2009) e outros.

A pesquisa documental, se dará por meio da análise das fichas de notificações de violência, legislações, protocolos, resoluções e portarias que tratam da abordagem, orientação e notificação dos casos identificados como violência doméstica contra as mulheres. As fichas de notificação de violência seguem um protocolo do Ministério da Saúde, no sentido de todos os casos de violência doméstica sejam notificados pelas unidades de saúde e seguindo um fluxograma, após ser preenchida pelo Serviço Social é encaminhado ao setor de epidemiologia que, por sua vez, realiza os devidos registros e encaminha para a Secretaria de Saúde e ao Núcleo de Violência do município.

A pesquisa de campo se constituirá na realização de entrevistas semi-estruturadas com a totalidade 30 (trinta) assistentes sociais que atuam nas 3 (três) Unidades de Pronto Atendimento de Mossoró. A entrevista é definida como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. Ademais, de acordo com Lakatos e Marconi (2003), é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico e no tratamento de um problema social.

A abordagem aos profissionais se dará nos referidos locais de trabalho no sentido de facilitar o contato do pesquisador com os/as pesquisados/as, em horário previamente agendado com eles/as. Com isto, se caracteriza como uma pesquisa de campo onde o objeto é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados ocorrerá naturalmente dentro das condições permitidas no contexto social no qual os fenômenos ocorrem. Esse processo abrange desde os levantamentos que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2007).

A partir da temática proposta buscaremos o apoio teórico-metodológico no materialismo histórico-dialético. A escolha se justifica pela possibilidade de compreender o ser histórico como fundamento do conhecimento; a práxis como categoria mediadora entre sujeito e objeto; o objeto como polo regente do processo cognitivo, bem como a apreensão da relação entre essência e fenômeno; e a totalidade e a contradição como características essenciais da própria realidade. A organização e análise dos dados serão realizadas por intermédio da leitura analítica e categorização do material levantado nas entrevistas, sistematização dos dados e análise de seu conteúdo.

Para a reflexão ora apresentada, nos utilizamos da revisão documental e bibliográfica que nos aproxima e aprofunda a discussão acerca da situação de violência

doméstica a que as mulheres são submetidas. Dessa forma, trata-se de uma reflexão e problematização sobre a temática proposta a partir de nossas leituras e da vivência profissional nas UPAs.

## 2. CATEGORIAS QUE CONTRIBUEM PARA O DEBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA ATUALIDADE.

Estudar e/ou pesquisar a temática sobre a violência doméstica nunca foi uma tarefa fácil, pois envolve uma gama de complexidades e é uma temática que sempre está em pauta. A todo momento essa problemática social ressurgue de forma, cada vez mais intensa e isso faz com que não se esgotem as justificativas da necessidade de sempre (re)discutir essa questão. As mulheres em situação de violência não têm idade, classe social ou raça e, na maioria das vezes, os motivos são sempre os mesmos, ciúmes, possessividade, rejeição e outros.

A histórica violência contra a mulher é consequência de uma sociedade patriarcal e androcêntrica, ganha particularidades no contexto do final dos anos de 1970 no Brasil quando passa a ser pauta dos movimentos feministas e de mulheres, dos estudos acadêmicos/científicos e das agendas dos organismos internacionais<sup>2</sup>. Em que pese as diversas manifestações da violência contra a mulher<sup>3</sup>, a violência doméstica/conjugal ganha contornos mais nítidos e perversos, pois ocorre no pretense ambiente da segurança, resguardo e das relações afetivas. Na busca de compreender como o espaço do amor e do cuidado se transforma em arena de dor e descuido, é perceptível, pela vivência profissional, que o uso abusivo do álcool se constitui como um dos fatores mais narrados para desencadear a violência doméstica/conjugal contra a mulher.

Na sociedade contemporânea, marcada pelas desigualdades socioeconômicas, pela mercantilização da vida social e pela dominação capitalista-patriarcal-racista e heteronormativa, a violência contra a mulher tem se constituído como uma das expressões da questão social mais presentes na realidade de muitas mulheres. A lógica neoliberal que articula uma ideologia de mercantilização dos direitos sociais com esse sistema capitalista-patriarcal-racista, vem intensificar a desigualdade sociocultural e econômica, um fator preponderante à discriminação da mulher colocando-a na condição de subordinação e opressão.

No Brasil, até o início da década de 1970, a violência contra as mulheres era vista como um problema particular que se resolvia dentro de casa, longe do cenário social e

---

<sup>2</sup>Como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial etc.

<sup>3</sup>A violência doméstica contra a mulher se expressa em diversos tipos de agressões, seja física, quando causa marcas visíveis no corpo, como espancamentos, empurrões, cortes com armas, queimaduras e arremessos de objetos; psicológicas, quando as marcas são "invisíveis" ao corpo mais visível na alma, causando grandes danos na vida e na saúde da mulher, esta violência por se caracterizar uma violência não- física, muitas vezes não é reconhecida pelas mulheres (QUEIROZ, 2008).

responsabilidade do Estado. Como já apontado, com a inserção do movimento feminista a partir da década de 1970, se gerou fortes mobilizações em defesa da vida das mulheres em situação de violência e conseqüentemente, punição de seus autores.

Foi na década de 1980 que a violência doméstica contra a mulher protagonizou a pauta das reivindicações feministas, levando ao cenário político e social à necessidade de mecanismos de proteção. Visando garantir o atendimento e apoio às mulheres em situação de violência doméstica foram criadas o SOS Mulher no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e em 1986 as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs), tendo como pioneiro o Estado de São Paulo chegando ao advento da Lei 11.340/06 denominada Lei Maria da Penha que vem intensificando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A violência doméstica e familiar<sup>4</sup>, baseada nas relações desiguais entre os gêneros, como fruto de uma sociedade regida pelo sistema patriarcal, está em todo os lugares e classes sociais. E sua prática ocorre, principalmente, no espaço doméstico e praticada por pessoas das relações afetivas da mulher, ou seja, é a violência determinada fortemente pelo patriarcado que ainda se impõe na sociedade a concepção do homem como “patriarca”, ou seja, ele pode fazer tudo, inclusive maltratar seus(suas) filhos(as) e companheira ou companheiro.

Conforme Queiroz (2008, p. 41):

A posição de subordinação das mulheres, tal como a vivenciamos na contemporaneidade, tem suas raízes no século XVII, tanto nas manifestações públicas (a Revolução Francesa é um exemplo), quanto na produção do conhecimento. O confinamento da mulher no espaço privado, como muitos estudos no campo da história social mostram, não se deu de um dia para o outro, nem sem conflitos. No entanto, o confinamento das mulheres, ao espaço doméstico, permitiu e legitimou a violência masculina no âmbito da conjugalidade.

A violência doméstica deve ser entendida como um problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos e que devemos dar visibilidade a essa temática, pois é um assunto de grande relevância visto que abrange, praticamente, todas as mulheres.

É no contexto que o Serviço Social se insere na medida em que as contradições geradas no processo de organização e racionalização do sistema passam a se constituir como principal vetor das demandas para esta profissão (COSTA, 2000). Neste sentido, a saúde tem se constituído um dos principais campos empregadores de assistentes sociais

---

<sup>4</sup>Outro conceito de violência doméstica e familiar é aquele expresso na Lei Maria da Penha em seu artigo 5º que aduz “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei 11.340/06, art. 5º).

nos três níveis do setor público (municipal, estadual e federal) como no setor privado.

A prática profissional dos assistentes sociais vem sendo, desde muito tempo, motivo de discussões e debates no âmbito acadêmico e temas de pesquisas e estudos na área. Entender a intervenção profissional desta categoria nos mais variados espaços ocupacionais da saúde se faz necessário, por perpassar uma questão de autonomia, identidade e propriedade de conhecimento do fazer profissional.

Várias autoras vieram produzindo discussões sobre a atuação do(a) assistente social na saúde, tais como: Costa (2000) que aborda a inserção e o trabalho desses(as) profissionais nos serviços de saúde, principalmente, a partir da década de 1990 com a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) em que houve uma completa reorganização dos serviços no que se refere a questões tecnológica, organizacional, política e de controle social, como toda essas mudanças passou absorver quantitativamente e qualitativamente profissionais do Serviço Social, atuando nos diversos espaços ocupacionais, legitimando a profissão, cada vez mais, tornando a área da saúde um dos maiores empregadores de assistentes sociais, na mesma proporção que a política de saúde avança se exige uma prática profissional da categoria mais conectada com as mudanças.

Bravo (2004) ainda corrobora com essa discussão quando apresenta dilemas presentes na profissão, como é o caso de assistentes sociais que através de suas competências e habilidades profissionais assumem cargos de chefia e não mais se identifica como assistentes social, esquecendo que só chegou a essa posição pelo seu desempenho, tendo a compreensão de que a prática profissional está vinculada apenas ao conjunto de ações historicamente determinadas e que essas ações não podem sofrer variações, principalmente, na área da saúde.

O trabalho do assistente social na saúde deve ter como eixo central a busca criativa e incessante da incorporação dos conhecimentos e das novas requisições à profissão, articulados aos princípios dos projetos da reforma sanitária e ético-político do Serviço Social. É sempre na referência a esses dois projetos que se poderá ter a compreensão se o profissional está de fato dando respostas qualificadas às necessidades apresentadas pelos usuários (BRAVO, 2004, p. 213).

Vasconcelos (2007) discute a prática do Serviço Social e sua complexidade no cotidiano e formação profissional, sempre enfocando os desafios diários que constituem o fazer profissional dos assistentes sociais, principalmente, no que tange sua relação com os usuários. Na saúde, enquanto o médico e o enfermeiro têm como objeto de trabalho a manutenção, recuperação e promoção da saúde, o assistente social somado às ações de promoção da saúde tem como objeto de intervenção a questão social que envolve a vida

dos usuários dos seus serviços.

É importante ressaltar que a violência acometida contra as mulheres, seja ela qual for, é uma das piores formas de violação dos direitos humanos, “uma vez que extirpa os seus direitos de desfrutar das liberdades fundamentais, afetando a sua dignidade e autoestima” (PAULA, 2012, p. 03). A violência contra as mulheres já se tornou caso de saúde pública no Brasil, pois não é só a mulher que é vítima, mas, principalmente, os filhos, afetando a saúde de todos em destaque para a saúde mental deles, envolvendo profissionais de saúde de diversas áreas, seja assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, médicos e outros.

A violência contra a mulher passa a ser reconhecida pelo Estado como um problema público, a partir do final da década de 1970. Essa temática é oriunda das mobilizações protagonizadas pelo movimento feminista que, inicialmente, esteve mais ligado à denúncia das violências e, num segundo momento, desenvolveu ações, visando garantir o atendimento e o apoio por meio de serviços específicos para essas mulheres, a exemplo da experiência dos SOS Mulher no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo e das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMs) (QUEIROZ, 2008, p. 97).

O que se conquistou até hoje enquanto políticas públicas não foi fruto do reconhecimento do estado e de sua benevolência e sim de lutas travadas incansavelmente pela classe trabalhadora e pelos movimentos sociais (DINIZ; QUEIROZ, 2014).

Minayo (2006) procura discutir o fenômeno da violência no sentido macro, abordando elementos que conduzem há um debate profícuo sobre a temática e colocando em xeque a violência como problema de saúde pública, segundo os argumentos da autora, esta expõe que a violência em si não é uma questão de saúde pública, mas que afeta diretamente a saúde, ou seja, interfere na forma de atendimento dos profissionais e equipes, altera o fluxo de atendimento das unidades de saúde, interfere no emocional dos profissionais, diminui a qualidade de vida do indivíduo ou da coletividade, como também exige um repensar na forma de atendimento às pessoas em situação de violência em relação ao discurso e abordagem. Porém, apesar de a autora apresentar esse posicionamento acerca da violência no sentido macro, no sentido micro no que se refere a violência doméstica esta reconhece esse tipo de violência como questão de saúde pública sim.

Dentre as muitas expressões da violência, aquela que tem persistido como fenômeno histórico e universal é a de gênero, em particular de homens contra mulheres, configurando-se como transversal a questão de raça, etnia, faixa etária ou classe social. Hoje é considerada uma questão de saúde pública e uma violação aos

direitos humanos. Suas várias formas de opressão, de dominação e de crueldade incluem assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais e emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial e outras. Os perpetradores costumam ser parceiros, familiares, conhecidos, estranhos ou agentes do Estado (MINAYO, 2009, p. 36).

Saffioti (2004) chama atenção para as práticas de violência cometida contra as mulheres mundo afora, em nome da cultura de determinados países como é o caso da Índia que praticam a mutilação genital (corte do clítoris) nas mulheres com o objetivo de diminuir ao máximo o prazer proporcionando pelo sexo e outro tipo de mutilação é a sutura dos grandes lábios da vulva. Essas práticas são realizadas ainda na infância com o propósito de garantir a fidelidade da mulher no casamento. O que Saffioti (2004) quer trazer com tudo isso é mostrar que, enquanto nos surpreendemos com essas práticas de violência cometida em determinadas culturas internacionais, no Brasil se pratica outras formas de violências tão agressivas quanto as mencionadas, mas por outros motivos, como: ciúmes, possessividade, machismo e outros.

## **2.1 O sistema patriarcal e seus efeitos na violência a contra a mulher.**

Conforme aponta Minayo (2006), não se pode compreender a violência contra a mulher isolando-a de um contexto fortemente marcado pelo sistema patriarcal em todas as suas nuances: a posse do homem sobre a mulher; a aceitação do jugo por parte dela; a naturalização pela sociedade das desigualdades.

De acordo com os posicionamentos de Cisne e Santos (2018), o sistema patriarcal no Brasil surge no período colonial como uma estratégia para escravizar a mão-de-obra na perspectiva de gerar riquezas, enquanto para os homens era exercido a força, para as mulheres era utilizado a sexualidade com o objetivo de aumentar a população escrava e, conseqüentemente, mão-de-obra barata. É partindo dessa análise que as autoras destacam que o patriarcado é marcado por dominação, desigualdade e exploração e ainda reforça que não se pode falar em escravismo sem patriarcado e vice e versa e que exerce até hoje uma forte influência econômica, social, política e cultural.

Assim, o patriarcado como forma de controle e poder sobre as mulheres, se perpetua desde antes do capitalismo, embora ganhe na sociabilidade capitalista o caráter de um sistema de base material e estrutural. E isso se espalha em toda a vida das mulheres, seja na infância quando se tem que obedecer a figura paterna e na ausência deste, tem os

irmãos, principalmente, os mais velhos, para ser o protetor do lar ou, até mesmo, quando casam, onde o marido passa a ser o provedor do lar e se mantém a submissão do marido sobre a esposa (CISNE e SANTOS, 2018).

O termo patriarcado tem sido usado como forma de dominação e exploração, no intuito de colocar a mulher no lugar que a sociedade lhe reservou. Como afirma Saffioti (2004) “[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices desse regime, colaboram para alimentá-lo” (p. 102).

Sempre que nos referimos a violência nos vem em mente o espaço público, vulnerável em que as pessoas se tornam vítimas fáceis, porém quando nos referimos a violência doméstica esse espaço pode ser em qualquer lugar, principalmente, na nossa própria casa, ou seja, nem o espaço privado no nosso lar é mais seguro para as mulheres que são agredidas cotidianamente por seus namorados e companheiros.

A violência doméstica que, frequentemente, ocorre no espaço da casa e está associada à família, segurança, lealdade, companheirismo, solidariedade, tem sido a forma mais expressiva da violência contra as mulheres. Para Queiroz (2008) isto ocorre porque o espaço doméstico, campo das relações afetivo-conjugais entre os sexos, está potencialmente carregado de tensões e conflitos.

É possível perceber alguns avanços no que se refere ao amparo legal e as políticas de enfrentamento da violência, lutas protagonizadas pelo movimento feminista com o objetivo de proteger as mulheres da violência e superar a histórica de opressão e dominação inerentes a sociedade capitalista-patriarcal e racista que cultua a superioridade masculina e estigmatização das mulheres.

Falar de violência doméstica contra as mulheres é falar de submissão, de poder, dominação e tantas outras categorias que interagem nesse cenário, pois sabe-se que a questão da violência doméstica não é um fenômeno atual, pelo contrário já faz parte da sociedade desde muito tempo e a tríade ou nó analítico – capitalismo-patriarcado-racismo<sup>5</sup> como coloca Saffioti (2004) enquanto elementos estruturantes na compreensão de processo de exploração, submissão e opressão das mulheres são fundamentais para entender como mulheres de todas as camadas sociais e raciais, europeias, negras ou indígenas se

---

<sup>5</sup>Para Saffioti (2004) o sistema patriarcal de gênero é um sistema de dominação-exploração, pois não existe um processo de dominação separado de outro de exploração, ou seja, de um lado a dominação patriarcal e de outro a exploração capitalista. Daí decorre o fato de Saffioti (2004) ter criado a metáfora do “nó” para dar conta da relação patriarcado-racismo-capitalismo.

constituem, de forma diferenciada é claro, nas estratégias de conviver e romper com a violência.

Nessa perspectiva Cisne e Santos (2018) afirmam:

Somente desvelando o racismo e sua relação na estrutura da nossa sociedade patriarcal e classista, podemos compreender, por exemplo, dentre diversas questões porque as mulheres de origem europeia eram obrigadas ao confinamento no espaço doméstico e à submissão à rígida moral sexual católica, enquanto indígenas e africanas eram submetidas à violência sexual e à desumanização e vitimização pelo chamado estupro colonial (p. 100).

Para Saffioti (2004) o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina, contudo, a exploração do homem sobre a mulher foi gerada a partir desse sistema que por muitos anos alimentou a exploração feminina e contribuiu efetivamente para toda carga de preconceitos sobre as mulheres.

A história heteropatriarcal e escravista do Brasil não se encerrou na colônia. A marca do patriarcalismo, a desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, a persistência da divisão sexual e racial, as jornadas intensivas, extensivas e intermitentes do trabalho fora e dentro de casa, os alarmantes índices de violência contra a mulher e contra a população LGBT são alguns dos indicadores da incorporação do heteropatriarcado e do racismo na formação do capitalismo brasileiro (CISNE; SANTOS, 2018, p. 113).

Atualmente, a situação de violência em que as mulheres são submetidas, leva a crer que o sistema heteropatriarcal ainda faz parte de nossa sociedade, sabendo que deixou uma herança maldita para muitas gerações. Muitas coisas foram conquistadas como a Lei Maria da Penha, espaço conquistado, cada vez mais, no mercado de trabalho nas mais diversas áreas, principalmente, no que tange aos cargos de chefia e de postos até então dominados pelos homens e, por consequência, a mulher também conquistou sua autonomia, liberdade e independência, porém mesmo diante de tantas conquistas, de tantos méritos o espectro da violência persiste em todas as camadas sociais.

Em 2006 foi criada a Lei 11.340/2006 Lei Maria da Penha surge para garantir os direitos às mulheres em situação de violência e punir os seus autores, mas o que percebemos é que os casos continuam a crescer, cada vez mais, é como se a Lei não surtisse nenhum efeito e isso levar a refletir a “flexibilidade” que ela apresenta, tendo a necessidade de uma revisão e tornar essa Lei mais severa e que não deixem a impunidade

agir soberanamente.

É importante esclarecer que, quando falamos de violência, não nos referimos apenas a violência física, mas psicológica, verbal, sexual e tantas outras e, principalmente, a verbal e psicológicas que não deixam marcas visíveis, mas são esses tipos de violência que deixam marcas irreparáveis nas suas vítimas e, com isso, mais difíceis de serem ajudadas. As consequências da violência psicológicas se arrastam por muito tempo ou até pelo resto da vida das vítimas, muitas vezes, desencadeando outras patologias. De acordo com Kashani e Allan (1998), tapas, empurrões, murros, estupros e tiros são características comuns de violências praticadas contra a mulher. Os autores da violência usam meios de discriminação, podendo ser, humilhação, desprezo ou culpabilização da vítima, entre outras.

## **2.2 A violência doméstica contra à mulher e seus rebatimentos no atendimento dos assistentes sociais nas unidades de pronto atendimento (UPAs) em Mossoró-RN.**

As principais políticas públicas direcionadas ao atendimento de mulheres em situação de violência estão inseridas na assistência social, através dos CRAS, CREAS, Casas Abrigo e outros e na Saúde, através dos atendimentos na atenção básica, hospitais e Unidades de Pronto Atendimento e é nessa última que se constitui uma porta de entrada de atendimento as mulheres em situação de violência doméstica, através dos profissionais do Serviço Social que acolhe, escuta, orienta, encaminha e notifica esses casos.

O fenômeno da violência doméstica contra as mulheres é um desafio para os assistentes sociais, pois sua intervenção não se dá apenas em ouvir, encaminhar ou notificar, mas ter um olhar crítico/investigativo sobre o fato e perceber o que existe além da violência propriamente dita, significa conhecer e compreender a história de vida dessas mulheres, sua relação com o autor da violência, bem como compreender essa violência doméstica e seus determinantes.

Muitos autores e pesquisadores ao longo do tempo vem abordando as atribuições dos assistentes sociais nos seus mais variados espaços ocupacionais e dentre as inúmeras demandas que se apresenta aos profissionais do Serviço Social, destacamos os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica, um dos principais atendimentos realizados por eles nas Unidades de Pronto Atendimentos (UPAs).

Nessa perspectiva, os/as assistentes sociais das UPAs têm um papel fundamental no processo de intervenção profissional, pois através da notificação realizada, se torna um dos elementos necessário para a luta por políticas públicas de enfrentamento a violência contra

as mulheres.

Nesse contexto que abordaremos a problemática da violência doméstica contra a mulher dando enfoque a forma/protocolos e postura de como essas mulheres são atendidas nas Unidades de Pronto Atendimento de Mossoró, dialogando com a legislação em vigor, com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o Código de Ética Profissional e os Parâmetros da área da saúde e assistência.

O interesse no estudo da temática é fruto da minha trajetória acadêmica e profissional, acadêmica pois durante todo o tempo de minha formação a temática sobre a violência doméstica sempre esteve presente, seja nas discussões em sala de aula, se apresentando como um tema transversal em várias disciplinas e principalmente pelas ações do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM)<sup>6</sup> como pesquisas, palestras, debates e estudos em geral, é um tema que sempre fez e faz parte da formação dos assistentes sociais. Como profissional da saúde atuando na Unidade de Pronto Atendimento Conchecita Ciarlini no bairro Santo Antônio, onde durante muito tempo comecei a observar um quantitativo de mulheres que buscavam os serviços daquela unidade, mulheres em situação de violência em que seus autores eram namorados, maridos, companheiros, irmãos, filhos e até mesmo vizinhos e na maioria das vezes os motivos eram os mais banais possíveis, como também em muitos casos motivados pelo uso de bebidas alcoólicas e drogas.

Em várias situações durante o atendimento do assistente social junto a essas mulheres percebia-se a revolta no olhar e no discurso destas onde destacavam-se frases de vingança, tipo: “isso não vai ficar assim” ou “ele vai se arrepender do que fez” enquanto que, outras por sua vez, apresentavam comportamento de medo, de sentir-se ameaçada, de não querer denunciar, ou seja, são diversas situações que a equipe do Serviço Social da UPA Conchecita Ciarlini presencia durante o atendimento no aspecto da violência doméstica e que me despertou estudar a referida temática.

O município de Mossoró situado na região oeste do Estado do Rio Grande do Norte, possui 03 Unidades de Pronto Atendimentos, situadas nos bairros de Alto de São Manoel, Santo Antônio e Belo Horizonte. Constituem-se em bairros bastante populosos, com maior ênfase para os bairros Santo Antônio e Belo Horizonte com uma das maiores estatísticas de violência, seja urbana ou decorrente do tráfico de drogas e, assim, como qualquer outra parte está inserida também um alto índice de violência doméstica que passa pelo atendimento médico e de enfermagem e culmina com o atendimento do Serviço Social.

---

<sup>6</sup>Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir vinculado a Faculdade de Serviço Social – FASSO.

### **3. CONCLUSÃO**

Discutir a violência contra a mulher perpassa refletir sobre os vários aspectos que fazem parte direta ou indiretamente da temática, aspectos correlatos à família, ao machismo e porque não dizer sistema patriarcal, feminismo, empoderamento, feminicídio e tantas outras categorias de estudo que trazem consigo diferentes reflexões e pontos de vista diferenciados sejam de autores e estudiosos do assunto, sejam de estudantes e profissionais, mas que cada um tem suas contribuições.

Espera-se como resultado desta pesquisa alcançar os objetivos proposto e que a análise que se pretende ser feita acerca do atendimento do Serviço Social às mulheres em situação de violência possa contribuir teoricamente para o acervo de estudo na área da violência doméstica, bem como outras pesquisas correlatas e subsidiar o trabalho dos assistentes sociais das Unidades de Pronto Atendimento do município de Mossoró-RN a partir da dimensão técnico operativa e ético político.

Contudo, a partir dos estudos realizados através das pesquisas bibliográficas de autoras de referência no cenário da violência contra a mulher, já apresentou significativas contribuições teóricas para esta produção e, com isto, somado aos resultados da pesquisa de campo, concluímos ser um trabalho de cunho científico e de relevância social para a categoria dos assistentes sociais e para os alunos sejam de graduação ou de pós-graduação em Serviço Sociais e áreas afins.

#### 4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a Lei Maria da Penha e dá outras providências.

BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **Projeto Ético Político do Serviço Social e suas Relações com a Reforma Sanitária: elementos para um debate.** In: Marlene Teixeira (org.). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 4. Ed. Rio de Janeiro, Cortez, 2004.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2018 (Cap.2; ítem 2.1).

COSTA, Maria Dalva H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Serviço Social e Sociedade**, Ano XX, n. 62, Cortez, 2000. p. 35-72.

DINIZ, Maria Ilidiana; QUEIROZ, Fernanda Marques. Serviço Social, Lutas Feministas e Violência Contra a Mulher. **Revista Temporalis** n. 28, Brasília (DF), 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

KASHANI, Javad H.; ALLAN, Wesley D. **The impact of family violence on children and adolescents.** Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21.ed. Petrópolis/RJ: Vozes,1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e Saúde. (**Coleção Temas em Saúde**). Rio de Janeiro: Ed. Fio Cruz, 2006. 132 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde. In: NJAINE, K. [et al.] (Org.). **Impactos da violência na saúde.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação à distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009, p. 21-42.

PAULA, Maria Alice Silva de. **Violência doméstica e familiar contra mulher no município de Rio Branco/Acre:** Acolhimento na Casa Rosa Mulher, no período de 2008 a 2010. Ouro Preto. 2012. Disponível em: <<http://www.amde.ufop.br/tccs/Rio%20Branco/Rio%20Branco%20%20Maria%20Alice.pdf>> Acesso em: 18 de abril. 2021.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor:** cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró-RN: UERN, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. ed. Revisada e Atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.